

Funai atua no Calha Norte

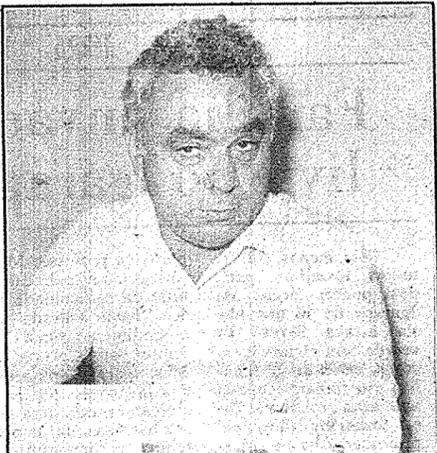
A Fundação Nacional do Índio-Funai, está participando da execução do projeto Calha Norte na parte que trata das questões indígenas. Várias propostas já foram enviadas pela Superintendência Regional do órgão a Brasília, para "conciliar a ação militar com a política indigenista".

A Fundação Nacional do Índio (Funai) participou da elaboração e está participando da execução do projeto Calha Norte (instalação de postos avançados do Exército, Aeronáutica e Marinha na fronteira do Brasil com os países do norte da América do Sul) na parte que trata das questões indígenas.

Essa informação foi prestada hoje pelo superintendente regional da Funai, Sebastião Amâncio da Costa, 43 anos, que contesta as informações dando conta de que o projeto "é sigiloso".

Sebastião Amâncio disse que "é discutível se são ou não reservas indígenas nas áreas de implantação do 'Calha Norte'". Segundo, ele, o que existe, na realidade, são áreas eleitas pela Funai para serem delimitadas e demarcadas posteriormente. Depois afirma: "a Funai está mesmo é preocupada com as comunidades indígenas".

A Superintendência Regional da Funai acusa um recebimento de 10 milhões de cruzados (a primeira de uma série de três parcelas) para a instalação de 21 postos indí-



Amâncio disse que o projeto não é sigiloso

genas, que irão cobrir uma área de 30 milhões de hectares "eleitas como terras indígenas". Sebastião Amâncio diz que o projeto Calha Norte irá atingir realmente 50 mil índios. Mesmo estando dentro da área de abrangência do projeto do Conselho de Segurança Nacional, a Funai, segundo Sebastião Amâncio, irá atuar diretamente com os índios.

Ele disse que já foram enviadas ao Gover-

habitadas por índios primitivos a Funai e o Exército terão que estabelecer critérios para que seja obedecido o que determina a lei 6001 (Estatuto do Índio)". reconhece Sebastião Amâncio. O projeto Calha Norte irá atingir as terras dos Ianomami, dos Tukanos e subgrupos e famílias do Alto Rio Negro. Sebastião Amâncio confirmou também que a Funai participou da identificação de áreas, dentro das consideradas como reservas indígenas, em que serão construídas pistas de pousos.

Na opinião dele, o Projeto Calha Norte irá apressar a demarcação das terras indígenas. Todo o levantamento para a delimitação e posterior demarcação já foi executado. Resta agora, conforme o superintendente da Funai, o repasse dos recursos, que é feito pela Secretaria de Planejamento, via Ministério do Interior. Ele concorda com a posição do Conselho de Segurança Nacional (CSN) de que há necessidade da presença militar nas áreas desabitadas da fronteira do Brasil com os países do norte da América do Sul.

Exército contesta acusações

O efetivo exigido para formação dos novos pelotões de fronteiras, que serão instalados no projeto da Calha Norte até 1987 (quatro já estão em fase de construção), não ultrapassará mil homens, afirmou um oficial superior do Estado maior do Comando Militar da Amazônia (CMA), contestando acusação do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) de que o Governo pretende militarizar as fronteiras com objetivos expansionistas e de prejudicar os interesses indígenas na área.

Segundo assessores do general Hyran Ribeiro Arnit, comandante do

CMA, essa fração de militares não representa um terço das necessidades de segurança da região.

Assessores do ministro Leônidas Pires Gonçalves, questionados sobre as acusações do Cimi, afirmaram que o Exército é apenas um dos executores do projeto Calha Norte, pois se trata de uma iniciativa do Governo Sarney através do Conselho de Segurança Nacional e as forças armadas participam dela na parte relativa à segurança fronteiriça. O projeto foi elaborado pelo CSN e tem no general Rubem Bayma Denys, ministro-chefe

do Gabinete Militar da Presidência, o seu autor intelectual.

A parte militar destinada a compor o Calha Norte vem preocupando os países que formam fronteiras com o Brasil, que temem estejam os militares brasileiros tentando militarizar as fronteiras. A Colômbia e a Venezuela foram as primeiras nações a expressarem esse temor ao solicitar informações técnicas do Itamaraty sobre o projeto. O Ministério das Relações Exteriores, de acordo com o planejamento, deverá apenas instalar consulados nas fronteiras visando intensificar as re-

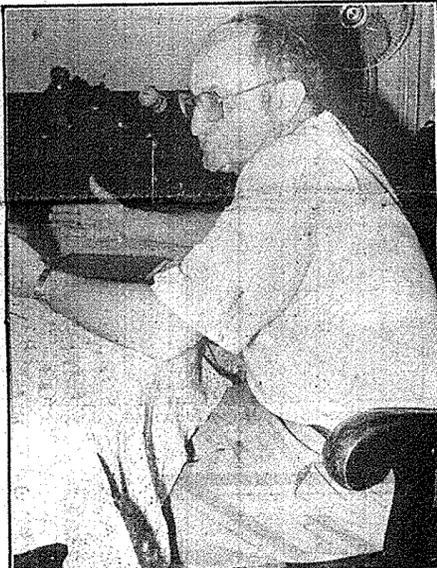
lações diplomáticas com os países vizinhos, principalmente as comerciais.

Os órgãos de informações classificaram, de "levianas" as acusações do Conselho Indigenista Missionário de que o projeto Calha Norte para as fronteiras prejudicará os índios e objetiva fins militares. Para os informantes, uma das prioridades do projeto é definir uma política indigenista apropriada à região, reforçando inclusive a ação da Funai na parte referente às demarcações de terras ao longo das fronteiras com a colaboração direta do Serviço Geográfico do Exército.

Acusam o Calha Norte

Ao comentar a implantação do "Projeto Calha Norte", o arcebispo metropolitano de Manaus, dom Clóvis Frainer, 55 anos, disse que não pode fazer nenhum pré-julgamento do projeto "porque não o conheço". Mas adiantou que, para a Igreja Católica, há um princípio fundamental: "Que seja respeitada a cultura dos índios e que se faça o quanto antes a demarcação de suas terras".

Dom Clóvis Frainer acha que a Igreja e toda a sociedade brasileira devem discutir esse projeto, principalmente porque ele irá afetar áreas indígenas. "Eu acredito que todo e qualquer projeto que é importante para a Nação deve contar com a participação das partes interessadas", afirmou. O arcebispo lamenta que os missionários do Cimi não tenham sido consultados para opinarem sobre o Calha Norte.



Dom Clóvis: "que se faça o quanto antes a demarcação das terras"

"Como a Igreja está permanentemente naquela área durante dezenas e dezenas de anos, acho prudente que esses missionários sejam ouvi-

dos porque eles conhecem a realidade local", sugeriu o arcebispo de Manaus. Dom Clóvis Frainer também contesta as acusações contra o

Conselho Indigenista Missionário: "O Cimi nunca pediu a criação de um território independente, mas sempre pediu a demarcação imediata das terras dos índios".

O arcebispo de Manaus considera que o projeto estava sendo conduzido de modo sigiloso. Assegura que a Igreja irá lutar em defesa dos interesses dos índios e se diz temeroso quanto a possibilidade de áreas indígenas virem a ser entregues a determinadas mineradoras.

Dom Clóvis afirma que a Igreja defende a unidade nacional e os interesses dos índios ao mesmo tempo. Diante dessa posição, ela entende que todos as partes envolvidas no projeto têm que ser ouvidas, a fim de que esses interesses sejam conciliados, sem prejuízos para a Nação e para os índios.

CNBB propõe o debate

"A CNBB irá propor que esse projeto passe pelo Congresso Nacional e que seja discutido, antes de ser executado, por todas as partes nele envolvidas", disse ontem em Manaus o presidente da Conferência Nacional e que seja discutido, antes de ser executado, por todas as partes nele envolvidas", disse ontem em Manaus o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) regional Norte I, ao anunciar que o "Projeto Calha Norte" foi incluído na pauta da reunião ordinária da entidade, que está sendo realizada na cidade, desde ontem, e encerra-se hoje.

O assunto não chegou a ser discutido ontem. Dom Moacir Crechi confirmou que o Projeto Calha Norte foi colocado em pauta por sugestão do Conselho Indigenista Missionário — CIMI, Comissão Pastoral da Terra — CPT e Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Igreja Católica. Participam da reunião dom Mário Neto (bispo de Tefé), dom Aldo Mongiano (bispo de



Dom Moacir: (c) o Projeto foi colocado na pauta da CNBB pelo Cimi

Roraima) e dom Moacir Crechi (bispo do Acre). Dom Clóvis Frainer não é membro da presidência do regional Norte I da CNBB por isso esteve ausente.

— Não podemos dar nenhuma posição sobre o projeto, porque não o conhecemos e nem sabemos qual procedimento usaremos para encaminhar as discussões a respeito dele — disse dom Moacir Crechi. Quanto às informações

dando conta de que o Cimi estaria propondo a criação de um território independente dos índios Ianomami, dom Moacir Crechi teve o mesmo comportamento do presidente do órgão, dom Erwin Krautler: "isso é levandade provocada por interessados em encobrir interesses excusos e os problemas que esse projeto poderá causar às comunidades indígenas".

O bispo do Acre reconhece que é difícil de-

teclar as intenções do projeto, principalmente quando ele foi elaborado de maneira elaborada.

"Mas acho que trata-se da mentalidade que foi mantida durante 20 anos de regime militar: a mentalidade do governo fazer as coisas sozinho", opinou. Ela não afasta a possibilidade de "haver por baixo de tudo isso, como interesses das mineradoras e outros mais que não se pode prejulgar".